

# Ética, investigação e trabalho de campo em Antropologia e na produção audiovisual

José da Silva Ribeiro

*Universidade Aberta*

jsribeiro.49@gmail.com

**Resumo:** Há múltiplas analogias entre a Antropologia ou etnologia e cinema. Uma e outro se interrogam sobre a realidade e sobre o que é a realidade e a representação, o ponto de vista, atenção cuidadosa ao detalhe, ao micro social, ao frágil. Não é pois possível separarmos Antropologia e cinema no que se refere à metodologia e ao processo de realização. Ambos partem do real ou do real imaginado, detêm-se no detalhe, baseiam a construção discursiva na observação, na ideia – sobretudo no olhar e no escutar e no ponto de vista, e na montagem. A prática de terreno e a montagem é marcada pelas mesmas questões éticas e políticas.

Palavras-chave: ética, política, representação, consentimento informado.

**Resumen:** Hay muchas analogías entre la antropología, la etnología y el cine. Unos y otros se preguntan sobre la realidad y sobre qué es realidad y qué es representación, el punto de vista, la atención cuidadosa a los detalles, la fragilidad de lo microsocial. Por ello no es posible separar a la antropología y el cine, en lo que respecta a la metodología y al proceso de realización. Ambas parten de lo real o de lo real imaginado, se detienen en los detalles, basan su construcción discursiva en la observación, en la idea - sobre todo en mirar, en escuchar, en el punto de vista- y en el montaje. La práctica sobre el terreno y el montaje están marcadas por las mismas cuestiones éticas y políticas.

Palabras clave: ética, política, representación, consentimiento informado.

**Abstract:** There are many similarities between anthropology and ethnology and cinema. One and the other are questioning the reality and what is reality and representation, the point of view, careful attention to detail, the micro social fragile. It is therefore not possible to separate anthropology and history in regard to the methodology and the process of realization. Both are based on the real or imagined real, hold it in detail, based on the discursive construction of the observation, the idea - especially on the look and listen and point of view, and assembly. The practice of land and the assembly is marked by the same ethical and political issues.

Keywords: ethics, politics, representation, informed consent.

**Résumé:** De nombreuses similitudes existent entre l'anthropologie, l'ethnologie et le cinéma. Nombreux sont ceux qui s'interrogent sur la réalité, et ce qu'est la réalité et la représentation, le point de vue, l'attention minutieuse aux détails, le fragile micro social. Il n'est donc pas possible de séparer l'anthropologie et le cinéma en ce qui

concerne la méthodologie et le processus de réalisation. Tous deux sont fondés sur le réel ou supposé réel, s'attachent au détail, se fondent sur la construction discursive de l'observation, sur l'idée - surtout sur le regard et l'écoute, sur le point de vue, et sur le montage. La pratique du terrain et le montage sont marqués par les mêmes questions éthiques et politiques.

Mots-clés: éthique, la politique, la représentation, le consentement éclairé.

## Introdução

**E**ste texto tem a sua génese no ensino de métodos de investigação em Antropologia e de iniciação ao documentário – realização do trabalho de campo em Antropologia e no documentário. Constitui uma breve síntese das atividades desenvolvidas nessas situações de ensino e incorpora algumas das dúvidas e debates colocados pelos estudantes. É também, de certa forma palimpsesto, isto é, resultado de várias reescritas que se foram sobrepondo sem que, no entanto, se tenham perdido da versão original os princípios orientadores. Parti para a escrita inicial do texto da Antropologia para o Cinema mas, confesso que gostaria de o fazer posteriormente, ou de propor aos leitores, o percurso inverso que leiam o texto a partir da sua experiência de realização cinematográfica.

A atividade dos investigadores e o trabalho de campo está hoje, em qualquer parte do mundo, sob o olhar atento de uma multiplicidade de instituições e de atores sociais: os atores sociais e suas redes locais; as organizações não-governamentais e associações internacionais (ecológicas, dos direitos do homem, de saúde, etc.); os jornalistas e os meios de comunicação social; os poderes públicos locais e nacionais; outros investigadores da mesma área ou de outra área de investigação e as suas associações profissionais (associação de antropólogos, de sociólogos, documentaristas, etc., dos países onde decorre a investigação e dos países dos investigadores); Universidades, Departamentos e Centros de Estudos e outras instituições no âmbito dos quais decorre a investigação, ou a realização do documentário, etc.

Por outro lado, a investigação e a passagem ao terreno (trabalho de campo) e às imagens (rodagem e realização) deixam marcas indeléveis. Os filmes e os textos e, neles, as pessoas, locais, tempos, instituições que, por muito que sejam mascaradas com mudanças de nomes e outros artifícios frequentemente utilizados, deixam sempre traços que os tornam identificáveis. Os documentos produzidos no trabalho de campo – notas, diário de campo, fotografias, gravações áudio e vídeo que, embora não tendo sido concebidos para publicação, acabam frequentemente por aparecer em público: noutros filmes, em documentos complementares (extras) das publicações audiovisuais ou referidos em livros e revistas. Veja-se o que aconteceu a “Um Diário no Sentido Estrito do Termo”, de Malinowski, publicado pela viúva, abrindo grandes polémicas acerca do autor e da sua atividade nas ilhas Trobriand ou muitas obras documentais que se consideravam impubescíveis por razões éticas ou políticas e que apareceram no escaparate de uma livraria ou de uma videoteca.

As redes de convivência e sociabilidade local dos antropólogos, cientistas sociais e realizadores com características intensivas e, por vezes, íntimas, embora muito variáveis são, habitualmente, mantidas e desenvolvidas com retornos ao terreno e contactos mais ou menos frequentes. O terreno escolhido para a pesquisa constitui, para o bem e para o mal, uma situação de onde dificilmente se sai. Veja-se o filme *N!ai, the Story of a !Kung Woman* (1978) de John Marshall, o retrato íntimo de N!ai, uma mulher Kung rodado durante cerca de trinta e cinco anos que documenta simultaneamente a presença do cineasta e antropólogo no terreno, a história e as mudanças políticas na Namíbia – colonização, a luta armada da Swapo. O filme torna-se uma referência pois permite seguir as mudanças que vão decorrendo na sociedade !Kung durante mais de três décadas e de como a história individual de N!ai se vai construindo nos diversos contextos sociopolíticos.

Qualquer traço deixado no terreno pode pois prevalecer durante muito tempo, oculto ou encoberto na memória e nas conversas das pessoas, nas cartas, nas fotografias, nos documentos deixados mantêm uma potencialidade latente de se tornarem públicos. A publicação destas marcas da presença do investigador ou do realizador podem acontecer de forma descontextualizada, sensacionalista e até, por vezes, de forma intencional e por vezes perversa. Podem tornar-se públicos não apenas no âmbito do debate académico entre pares, do ensino ou da divulgação junto da comunidade, na tribo dos cineastas e documentaristas mas, também, passar para os meios de comunicação social, ser objeto de outras leituras e interpretações e utilizados a favor ou contra os atores sociais, a comunidade, o investigador, as instituições financiadoras da pesquisa ou da produção audiovisual, a associação científica, etc. Assim parece ter acontecido nas polémicas em torno do antropólogo americano, Napoleon Chagnon,<sup>1</sup> (Tierney, 2002) responsável com Timothy Asch por *The Yanomamo Series*, um conjunto de 22 filmes sobre a cultura yanomani, entre os quais se destacam *The Ax Fight* (1975), *Childrens Magical Death* (1974), *Magical Death* (1988), *A Man Called Bee: A Study of the Yanomamo* (1974), *Yanomamo Of the Orinoco* (1987).

Esta polémica científica surge a partir de denúncias da Survival,<sup>2</sup> uma organização mundial de apoio a povos indígenas, sobre o facto de eminentes cientistas americanos (antropólogos e biólogos) terem levado a cabo um programa de experiências secretas da Comissão Americana de Energia Atómica da qual resultaram centenas de mortes entre os índios Yanomani da Venezuela. O caso foi mais tarde tratado pelo jornalista americano Patrick Tierney (2002), em “Darkness in Eldorado” onde se procura juntar provas destas supostas práticas realizadas no âmbito das missões científicas.

1. Resposta de Napoleon Chagnon às denúncias da Survival, à obra de Patrick Tierney e a antropólogos americanos em [http://www.nku.edu/~humed1/darkness\\_in\\_el\\_dorado/documents/0204.htm](http://www.nku.edu/~humed1/darkness_in_el_dorado/documents/0204.htm), consultado em Novembro de 2009.

2. Ver “Trevas na Antropologia e na biomedicina” em <https://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=959> consultado em Novembro de 2009.

O que acabamos de referir acontece a investigadores anónimos, iniciados, mas também, a investigadores destacados no âmbito de qualquer área científica. As figuras mais conhecidas, investigadores e realizadores que se tornaram notados, são frequentemente alvos mais apreciados para a divulgação sensacionalista.

Na preparação do trabalho de campo torna-se assim indispensável ter em consideração todas estas condicionantes. Às questões epistemológicas, teóricas e metodológicas juntam-se as de mercado (um filme é produzido sempre para um público) e as éticas e as políticas que de modo algum são menos importantes que as anteriores.

## Consentimento informado

O trabalho de campo e a investigação e a produção audiovisual envolvem relações entre uma variedade de indivíduos, grupos, coletividades e instituições: entre o investigador e o patrocinador (individual ou coletivo); entre investigadores e seus pares no âmbito da disciplina e das redes intelectuais e académicas; entre o investigador e o público em geral (leitores, os *media*); entre investigadores e outros profissionais que desenvolvem as suas atividades nos mesmos locais de pesquisa, abordando as mesmas temáticas ou temáticas afins (investigadores de outras áreas, jornalistas, cineastas documentaristas, etc.); entre o investigador e os diversos “gatekeepers” (aqueles que controlam o acesso aos lugares de pesquisa); entre investigador e participantes locais na pesquisa (atores locais, instituições locais, ONG’s, etc.). Esta complexa rede de interações do antropólogo e do realizador (*filmmaker*) exige que desenvolva o trabalho de campo, tendo em conta as questões relacionais e as questões éticas e políticas daí decorrentes.

O consentimento informado (*Informed consent*) está relacionado com esta última relação – isto é, com as interações que constituem o encontro da pesquisa – e o padrão ético do consentimento informado é o mais relevante para esta relação. O princípio do consentimento informado foi explicitado nos julgamentos de guerra de Nuremberga na sequência da Segunda Guerra Mundial.

“O consentimento voluntário em matérias relacionadas com o homem é essencial. Isto quer dizer que a pessoa envolvida deverá ter capacidade legal para dar consentimento; deverá situar-se de modo a poder exercer a livre escolha, sem a intervenção de qualquer elemento de força, fraude, falsidade, dureza, ameaça ou qualquer outra forma de constrangimento ou coerção; e deve ter suficiente conhecimento e compreensão dos elementos de uma dada matéria de modo a torná-lo capaz de tomar uma decisão esclarecida e com conhecimento de causa.” (Código de Nuremberga, 1949, re-editado in Reiser *et al.*: 272-273).

Tal como muitos dos princípios éticos envolvidos na pesquisa social e na produção audiovisual, o conceito de “consentimento informado” deriva da pesquisa biomédica e, enquanto tal, suscitou problemas quando foram feitas tentativas para aplicá-lo à pesquisa social e à produção audiovisual. Em alguns países, EUA, Canadá, etc., as comissões de avaliação não só exigem consentimento informado, como também obrigam a formas de consentimento escrito que devem ser assinadas antes de a

pesquisa começar. Noutros países, como em Portugal, não há indicações e regras precisas, nem as associações se têm pronunciado sobre esta matéria. Referiremos os princípios da BSA (*British Sociology Association*). Os investigadores deveriam - familiarizar-se detalhadamente com os códigos éticos promulgados pelas associações profissionais e informar-se das implicações do “consentimento informado” e das dificuldades da sua aplicação na prática de investigação.

“Tanto quanto possível a pesquisa sociológica deve ser baseada naqueles que se oferecem livremente para ser estudados – consentimento informado (informed consent). Isto implica a responsabilidade do sociólogo de explicar o mais pormenorizadamente possível e em termos acessíveis aos participantes, sobre o que trata a pesquisa, quem a está a levar a cabo e a financiar, o porquê de estar a ser feita e como vai ser disseminada.” *textitBritish Sociology Association, 1996.*

Decorrente destes princípios surge a necessidade de alguns procedimentos:

1. Informar os participantes, de uma forma compreensível, acerca da natureza e prováveis consequências da sua participação na pesquisa nos filmes a realizar;
2. Obter o consentimento baseado na compreensão da informação da explicação prévia e na opção livre de qualquer coerção ou influência indevida ou meios de persuasão.

Estes procedimentos são, por vezes, eivados de dificuldades subsequentes do modo de apresentar a pesquisa a potenciais participantes:

1. A dificuldade técnica decorrente do modo de apresentação da pesquisa e dos projetos dos filmes a realizar de uma forma a torná-la compreensível à audiência específica dos participantes;
2. Dificuldades relacionadas com o resultado da pesquisa e da produção audiovisual, com a sua divulgação e com as eventuais vantagens económicas, ou outras, resultantes do trabalho a realizar com aquela população. Jean Rouch encontrou processos originais de inclusão dos seus colaboradores de terreno na produção dos filmes;
3. Outras dificuldades surgem com a explicação, aos participantes das características dos métodos utilizados na pesquisa e na produção audiovisual. Nem sempre os investigadores e realizadores sabem no início, quais são todos os aspetos pertinentes que deverão ser facultados às pessoas filmadas ou participantes na pesquisa. A focalização, o ponto de vista, pode mudar. Diferentes tipos de informação podem tornar-se relevantes à medida que a pesquisa avança, os informantes podem vir a ganhar ou perder importância durante o trabalho de campo. Com certeza que os participantes não precisam de ser consultados sobre todas as perspetivas teóricas e metodológicas em desenvolvimento ou sobre as reformulações do projeto. De qualquer forma, devem ser informados de que a pesquisa é sempre um processo de descoberta, por isso as suas consequências não podem ser completamente previstas no início. No entanto, se acontecerem mudanças substanciais na pesquisa (tanto no seu enfoque como no seu objetivo) que possam afetar os resultados inicialmente previstos, as condições iniciais ou a vontade de participação, o consentimento

dos participantes necessita de ser renegociado. Os participantes deverão ser informados de que mesmo nos encontros informais, nas interações do quotidiano, poderá haver recolha de informação;

4. O “Consentimento em estudos de trabalho de campo... É um processo, não é um acontecimento único, e pode exigir nova renegociação” (*British Sociology Association*, 1996). Pode acontecer que durante uma série de entrevistas com os mesmos indivíduos, a sua disposição para participar se altere. Esta deve, então, ser renegociada e assegurada antes de cada sessão. Ao entrevistar pessoas com problemas de dificuldades de tomada de decisão, decorrentes da sua personalidade, situação, ou da natureza das questões abordadas, deve ser regularmente perguntado, mesmo durante o decorrer de uma só entrevista, se elas estão dispostas a continuar;
5. Surgem também dificuldades relacionadas com a informação sobre o uso das tecnologias de registo de som e imagem nas conversas com os participantes e com os grupos mesmo numa fase prévia de abordagem das populações e atores sociais a filmar. Deve ser assegurada a compreensão das razões e o uso do registo, nomeadamente para ouvir as conversas anteriores antes de começar a nova entrevista;
6. Finalmente, têm de ser bem explicados todos os aspetos que têm a ver com a utilização da imagem. É necessário mostrar como a imagem vídeo torna pública a atividade privada, documenta o encontro com o investigador e torna impossível manter a confidencialidade quando usada na comunicação final dos resultados da pesquisa em forma de filme. O controlo da informação também poderá eventualmente escapar ao investigador que realiza o trabalho de campo.

## Confidencialidade

A confidencialidade diz respeito, essencialmente, ao tratamento da informação obtida sobre os indivíduos no decurso da pesquisa e da produção audiovisual. Abrange considerações de privacidade e de garantia de anonimato.

As pessoas sentirão que a sua privacidade é invadida se a informação sobre elas for obtida sem o seu conhecimento e consentimento, pela investigação oculta ou sem o consentimento informado, ou usada de formas que elas desaprovem. A ideia ou a crença que as pessoas têm sobre o que é a atividade privada não é uniforme, depende de um conjunto de fatores – por exemplo, o *background* cultural, a crença religiosa, a idade, o sexo, a classe social. Os investigadores devem estar conscientes destas diferenças e responder consequentemente.

Muita da investigação que se realiza no âmbito da produção de um filme depende da capacidade do investigador obter a informação sobre as áreas da vida pessoal e social que são consideradas privadas e há inúmeros exemplos, onde se tem sido bem-sucedido. A razão habitualmente apontada para tal sucesso, decorre do facto de os

investigadores serem capazes de oferecer aos informantes a garantia de confidencialidade em relação ao uso da informação, da importância que é dada e ao anonimato na publicação final dos resultados e a formas criativas de documentar o acontecimento sem revelar os atores. Normalmente, essa garantia é assegurada no início da recolha de informação, particularmente no caso das entrevistas. As resistências que possam surgir, nomeadamente no processo de registo das entrevistas, poderão ser superadas pela confiança no investigador. Esta é, no entanto e sempre, resultante de um equilíbrio precário, continuamente construído e qualquer indício pode levantar dúvidas e suspeitas comprometendo a investigação.

Na pesquisa baseada na observação participante, decorrente de uma longa estada no terreno e de relações sociais mais próximas, as discussões sobre confidencialidade são, normalmente, inapropriadas nas fases iniciais da pesquisa, visto que os investigadores, nesta fase, têm somente acesso à vida pública dos seus informantes. É, contudo, necessário incluir, nesta fase, informação sobre a natureza da investigação e negociar as condições de participação das pessoas contactadas e envolvidas na pesquisa.

Os investigadores devem ser cautelosos acerca do grau de confidencialidade que prometem e realistas quanto à possibilidade de proteção do anonimato dos participantes. Não podem ignorar que práticas habituais de proteção do anonimato, como usar um pseudónimo e alterar alguns detalhes biográficos do indivíduo, ao referir-se aos sujeitos da pesquisa, evitam realmente a sua identificação, mas não são totalmente eficazes. O uso de extensas citações diretas torna os informantes identificáveis, pelo menos por eles próprios e, muitas vezes, por outros que os conhecem bem. Os informantes devem ser informados deste facto bem como ser-lhes mostrado o modo como a confidencialidade vai ser mantida. Também, nem sempre é possível manter o anonimato de figuras públicas na medida em que, por vezes, torna-se necessário que os informantes sejam identificados em termos da sua posição pública – presidente da associação local, diretor da escola, reitor da universidade, presidente da câmara, membro do governo, candidato ao parlamento, etc. Mesmo quando haja intervalo de tempo antes da publicação e mudanças das pessoas que ocupam estes cargos, os seus antigos ocupantes continuam a poder ser identificados com facilidade. Nesses casos, deve ser claramente explicado que o anonimato não é possível ser mantido.

Quando se usam registos fotográficos, videográficos ou fonográficos, sobretudo quando estes se destinam a publicação (filmes, discos e produtos multimédia) não é possível manter o anonimato nem a confidencialidade da informação. Nestes casos, é necessário especificar o modo e os fins para que vão ser usados, negociar a sua aceitação, dar a conhecer as consequências dessa aceitação. T. Asch (1992) acentua a importância de obter o controlo sobre a distribuição e subsequente uso de qualquer filme, assinalando que o fracasso num dos casos, quando filmava entre um grupo de nómadas no Afeganistão, decorreu do facto de o filme nunca ter sido usado para fins educativos como prometido, mas em noticiários depois da invasão pelo exército soviético, podendo pôr em perigo alguns dos informantes. O mesmo acontece com materiais recolhidos no âmbito da investigação que possam vir a ser incluídos em processos de formação, ou de ensino aberto, à distância, sem o assentimento das pessoas filmadas e dos autores da pesquisa.

Uma outra dificuldade em garantir confidencialidade é que a informação recolhida pelos investigadores sociais não tem o mesmo estatuto que as conversas entre o médico e o doente ou o advogado e o cliente. Os participantes na investigação devem ser avisados contra a própria incriminação se houver alguma hipótese que tal possa acontecer. Por outro lado, os investigadores devem tornar claro junto dos seus responsáveis, no início da investigação, de quem será o depositário das notas de campo, dos registos áudio e vídeo, das fotografias, de outros materiais recolhidos e de outras informações, de forma a garantir o seu controlo sobre toda a informação recolhida.

Esta mesma questão deve ser colocada às pessoas que colaboraram na entrada no terreno e na identificação dos informantes, “gatekeepers”; isto é, não se deve esperar que os investigadores lhes forneçam informação sobre os informantes, por vezes seus subordinados. Goffman (1961) foi cuidadoso na clarificação do seu estudo sobre asilos / hospitais psiquiátricos, apesar de adotar um papel clandestino nas enfermarias. Da mesma forma, é necessário recusar a divulgação aos pais, o que os seus filhos ou filhas discutiram com o investigador nas entrevistas, aos professores os depoimentos dos alunos, aos patrões os depoimentos dos empregados, aos dirigentes os depoimentos dos associados, aos maridos os depoimentos das mulheres ou às mulheres os depoimentos dos maridos.

No filme *Portugais d'Origine* (1985) de Serge Gordey que aborda o testemunho de mulheres entre os vinte e vinte e seis anos que se exprimem sem complacência acerca das relações entre pais e filhos, entre homens e mulheres (em Paris e no Portugal rural dos anos de 1960 e 70), sobre o seu vivido e sobre seus projetos de vida, desencadeou complexos problemas de relação entre famílias e destas com as populações dos locais de origem das jovens mulheres quando o filme foi transmitido pela RTP. As populações locais dificilmente compreenderam que as jovens, socializadas em Paris, tivessem determinados comportamentos sexuais sem lhe serem colados estereótipos sociais, envolvendo nesta situação os pais e os familiares com ideias mais conservadores em relação a esses comportamentos sociais.

Caso semelhante ocorreu com o filme *La Bête Lumineuse* (1982) de Pierre Perault, realizado no Canadá, que aborda o quotidiano de homens caçadores cujas imagens de comportamentos sob o efeito do álcool acabaram, quando vistas pela famílias e suas redes sociais, por criar graves problemas familiares, psicológicos e sociais num dos personagens principais:<sup>3</sup> Stéphane-Albert Boulais, após a divulgação do filme.

Há também considerações éticas decorrente das garantias de confidencialidade de dados entregues aos arquivos de instituições, ao consequente processo de informatização ou classificação e disponibilização de acesso público às fontes de informação em bruto, tais como transcrições completas de entrevistas, registos de sons e imagens, fotografias e até objetos doados pelos informantes (correspondência e outros documentos). Razões evocadas de que a informatização da informação é anónima não são convincentes, na medida em que através de cruzamentos de informação

---

3. Ver acerca desta temática a argumentação desenvolvida por Marion Froger acerca do filme *La Bête Lumineuse* em “Don et image de don: esthétique documentaire et communauté” em [http://cri.histart.umontreal.ca/cri/fr/intermedialites/p4/pdfs/p4\\_froger\\_text.pdf](http://cri.histart.umontreal.ca/cri/fr/intermedialites/p4/pdfs/p4_froger_text.pdf)

se poderá com alguma facilidade permitir a identificação dos informantes. Na informação etnográfica, as características pessoais tais como os maneirismos de discurso, a forma de exprimir opiniões, o uso de material com a descrição de casos ou lugares e narrativas pessoais detalhadas, permitem a identificação fácil dos participantes na investigação. Além disso, pode ter-se levado os informantes a pensar que a informação recolhida se destinava a ser utilizada num único projeto com determinados objetivos e pelo investigador ou investigadores envolvidos numa determinada pesquisa e num determinado trabalho de campo. A utilização desta mesma informação noutros projetos com outros objetivos ou por outros investigadores rompe esse compromisso. Também não poderá o investigador que realizou o trabalho de campo aceitar argumentos de que o informante nunca terá conhecimento de posteriores utilizações, por outros investigadores, com diferentes objetivos.

Uma última consideração sobre o anonimato tem a ver com o facto de, algumas vezes, ele não ser desejado. Nesta situação, os participantes na investigação podem ficar dececionados e sentir que o benefício da sua participação ficou prejudicado por não serem identificados ou por não lhes ter sido dada toda a importância necessária. Obviamente que se a investigação é sobre a comunidade, então os desejos dos indivíduos podem entrar em conflito, a este respeito, e o assunto pode ter de ser resolvido pelo investigador se possível negociando com os participantes. Contudo, mesmo que todos os indivíduos, que diretamente participaram na pesquisa, declinem o anonimato, é obrigação do investigador ter em consideração qualquer possível consequência, imediata ou proveniente de futuras publicações relativas à informação, que pode afetar adversamente a coletividade.

## **Pesquisa encoberta**

Entenderemos por pesquisa encoberta a investigação na qual os investigadores escondem deliberadamente a sua identidade, ocultam a intenção de realizar uma pesquisa e o seu caráter, utilizam métodos que lhes permitam recolhas secretas ou dissimuladas de dados para uma investigação não reconhecível pelos seus interlocutores no terreno. Vejamos como é que estas questões se colocam no debate entre K.T. Erikson e N. Denzin:

“O ataque de Erikson aos métodos de pesquisa oculta assenta em quatro pontos particulares. Em primeiro lugar, os sociólogos têm responsabilidades para com aqueles que investigam. Em segundo lugar, os sociólogos têm responsabilidades para com os seus colegas, e é certo que o trabalho oculto compromete a reputação da sociologia e o futuro da pesquisa. Em terceiro lugar, muita pesquisa oculta é feita por estudantes graduados que sofrem tensões pessoais no envolvimento do seu trabalho e, finalmente, a investigação oculta é má ciência. Em resumo, a posição de Erikson é esta: (1) não é ético para um sociólogo falsear deliberadamente a sua identidade com o propósito de entrar num domínio privado para o qual ele não foi escolhido; e (2) não é ético para um sociólogo falsear deliberadamente o caráter da pesquisa a que está vinculado.” (Erikson, 1967: 373).

“Entretanto, Denzin responde a Erikson ponto por ponto. Primeiro, relativamente à intromissão na privacidade, Denzin refere que alguma distinção deve ser feita entre contextos privados e públicos (cf. Roth, 1962). Segundo, na medida em que o comprometimento é analisado em relação à comunidade profissional, Denzin sustenta que um qualquer método constitui alguma ameaça potencial aos colegas. Terceiro, ele coloca a questão de saber se os papéis disfarçados são mais desconfortáveis do que os papéis abertos e, por fim, que os sociólogos devem assumir a disrupção que lhes trazem as situações sociais. Na sua réplica, Erikson (1968) responde a cada um dos pontos de Denzin, referindo que está em desacordo com o juízo de valor básico de que ‘aquilo que é bom para o sociólogo, é intrinsecamente ético (Denzin, 1968: 506). Burgess, 1997: 216.

Numa primeira abordagem, parecer-nos-á que a pesquisa encoberta só pode ser levada a cabo usando a observação ou a observação participante, não sendo possível, por exemplo, fazer uma entrevista de uma forma encoberta. No entanto, poderá haver muitos outros métodos de pesquisa encoberta decorrentes da utilização de tecnologias (registo de som e imagem, utilização de microfones encobertos e ultrassensíveis, utilização de teleobjetivas, telefones, computadores, salas de *chat*, câmaras Web, etc.), utilização de informação indireta (conversas com crianças, familiares, redes de amigos ou frequência dos espaços de sociabilidade das pessoas que queremos inquirir), dissimulação da presença do investigador (agentes de negócios, turistas, jornalistas, amantes) em situações semelhantes aos de um agente secreto, roubo ou recetação de documentos, outros métodos e estratégias que mais se aproximam de um inquérito de uma polícia secreta.

A pesquisa encoberta pode ser parcial quando no consentimento informado se oculta, intencionalmente, a informação induzindo os informantes em erro de forma a manter um determinado grau de encobrimento acerca da pesquisa. Mesmo nas pesquisas mais abertas, quando as relações estabelecidas atingem relevância e maior intimidade, pode o observador ser colocado em situações em que o seu papel de investigador se torne irrelevante ou impercetível, favorecendo assim formas de acesso a informação mais íntima, à margem dos objetivos do projeto de investigação e, muitas vezes, inscrita no processo de cumplicidades e das relações sociais criadas. A pesquisa encoberta constituiu-se assim como um caso limite, fim de um espetro, que apresenta gradações variadas entre si e o consentimento informado. Esta gradação constitui um espaço de abertura ao plano e objetivos de pesquisa, de negociação com os informantes e de gestão das relações criadas no trabalho de campo.

O assumir deliberado de um outro papel social com o objetivo primário de conduzir uma investigação, escondendo-a ao mesmo tempo daqueles que são os seus sujeitos (objetos), é, qualitativamente, muito diferente das dificuldades inerentes ao consentimento informado totalmente garantido que se discutiram acima, ou mesmo de desonestidades menores neste campo, como fazer de conta que se é mais velho ou casado para assegurar melhores relacionamentos. Há inúmeras razões fortes para que tal “encobrimento” deva ser evitado na conduta da pesquisa social (Bulmer, 1982). O papel social do investigador, ainda que não encoberto e resultante de consentimento informado pode, por qualquer razão, tornar-se suspeito e comprometer o trabalho de

campo. No trabalho de campo que realizámos no Alto da Cova da Moura<sup>4</sup> a presença de um operador de câmara da Universidade levou à recusa generalizada e ostensiva de participação, à nossa identificação como jornalistas e à classificação da nossa atividade como suspeita. Esta situação envolvia, segundo a representação local, uma rutura com o anteriormente acordado, a perda de controlo da informação recolhida. (Ribeiro, 2000).

Em primeiro lugar, é uma violação clara e não ambígua do princípio do consentimento informado, que é um pilar central da maior parte dos códigos de ética que dizem respeito a relações com participantes em pesquisas.

Em segundo lugar, a recolha de informação encoberta é, também, uma forma de exploração assim como uma traição da confiança das relações pessoais. Apesar de poder haver uma analogia com a obtenção de dados através de laços pessoais de amizade no decurso do trabalho de campo a longo prazo, o uso de métodos encobertos envolve uma intenção deliberada de esconder e de enganar enquanto aquela que suscita, por vezes, sentimentos de traição, é mais resultado de um mal-entendido do que propriamente de um engano premeditado.

A pesquisa encoberta, como qualquer outra, também envolve riscos: para os sujeitos nela envolvidos, na medida em que, como objeto da pesquisa encoberta, não têm a oportunidade de determinar, por si próprios, se estão dispostos a aceitar tais riscos; para os investigadores na medida em que, ao optarem pela pesquisa encoberta, se expõem a uma variedade de riscos – retaliações como pesquisador, ser induzido e até pressionado a adotar comportamentos de risco, tais como atividades ilegais, de forma a proteger o seu próprio disfarce.

Será, em qualquer situação, a pesquisa encoberta uma estratégia prática ou eficaz de pesquisa? A impossibilidade de registar observações abertamente ou de fazer perguntas aos informantes, limita bastante a fiabilidade e o espetro dos dados obtidos. O argumento de que há muitas situações que, simplesmente, não poderiam ser estudadas através de métodos mais abertos, não é totalmente convincente. Há estudos que foram levados a cabo com sucesso em áreas delicadas como o tráfico de drogas, sem se recorrer a métodos encobertos ou mesmo sem se fazerem promessas irrealistas ou quaisquer representações.... Além disto, a distorção que se pensa ser introduzida pela presença do investigador não deve ser excluída e pode, assim, ser considerada como um elemento reflexivo inerente a toda a investigação. Também o argumento de que a pesquisa encoberta é necessária para fazer investigação de grupos poderosos ou secretos não convence. De facto, a pesquisa encoberta tem sido, talvez, com mais frequência, conduzida em coletividades relativamente menos poderosas e as possibilidades de um investigador penetrar com sucesso em organizações poderosas são muito limitadas.

Um conjunto final de considerações sobre a pesquisa encoberta tem a ver com os seus efeitos nas disciplinas que o permitem e nos próprios investigadores:

---

4. Ver em Ribeiro (2000: 102-106), a descrição do acontecimento e sua contextualização no trabalho de campo, da sociedade local e de outras experiências no âmbito da fotografia e da Antropologia.

O uso alargado de métodos encobertos poderia, rapidamente, prejudicar o ambiente de pesquisa, tornando os métodos mais abertos altamente suspeitos e menos passíveis de terem a adesão e cooperação de sujeitos potenciais;

Nem mesmo podemos esquecer o efeito da decepção constante no indivíduo investigador como sendo desgastante. A habituação à decepção, seja por que razões forem que se cultive, pode encorajar um cinismo maior e uma dureza, nas relações humanas, não desejáveis em indivíduos que estudam outros seres humanos, individual ou coletivamente (Mead, 1969).

Uma forma de pesquisa encoberta é a análise retrospectiva de experiências do investigador como participante num contexto social: pesquisa realizada em coletividades ou instituições a que o investigador legitimamente pertence – clube de dança, bar, escola, universidade, hospital, associação profissional, empresa; ou situações pontuais de passagem na vida do investigador – internamento hospitalar, tratamento médico, conflito profissional, resolução de questões burocráticas – aquisição de casa, etc.. Esta forma de pesquisa não tem que ser, ou permanecer, clandestina. Poder-se-á optar pelo princípio de obtenção do consentimento *a posteriori*, antes da publicação ou do plano de investigação que vai ser levado a cabo.

Há, ainda, formas de pesquisa que também são encobertas, mas que não têm as mesmas objeções éticas. A investigação em lugares públicos, por exemplo, a observação de rituais ou de espetáculos, não requer a notificação da presença nem as intenções do investigador, embora algumas formas de registo desses eventos possam requerer a autorização dos organizadores. Mesmo assim, o anonimato de quem está a ser observado, à parte dos atores publicamente identificados, tem de ser preservado. Também é importante reconhecer que as definições do que é público variam de cultura para cultura e que, por vezes, as pessoas praticam, em público, atos do domínio considerado privado que devem ser tidos em conta e respeitados.

“Era necessário definir uma estratégia de inserção no terreno e desenvolvimento de uma pesquisa simultaneamente balizada por princípios éticos e epistemológicos. Optei por uma relação aberta que não ocultasse aos observados o ponto de partida da observação e a escolha privilegiada dos atores sociais em relação às estruturas, das suas vozes em relação aos relatórios oficiais. Expus objetivos gerais da investigação, a metodologia, ou atitude no terreno, que desejava os mais partilhados possíveis.

Esclareci a Associação (local) de que o antropólogo, na sua atividade, não julgava, avaliava ou examinava ações e programa de ação, tentava descrever e interpretar comportamentos, gestos, atitudes, relatórios, documentos, etc., e que os resultados da pesquisa logo que elaborados ficariam disponíveis para uso ou debate com todos os intervenientes. Informei que a base de dados sobre que trabalhava, as confidências e relações de terreno eram exclusivamente minhas e de cada pessoa com quem trabalhei, não havendo pois nenhuma forma de a Associação romper a invulnerabilidade desta informação ou de exercer controlo sobre os informantes, as suas afirmações, o processo de investigação, a redação deste trabalho, a montagem do filme. Disponibilizei-me para colaborar com a Associação Local dentro deste quadro de relacionamento. A negociação explícita, a explicação detalhada acima referida e a recusa do controlo (praticado em relação a outros investigadores) agravou o conflito.

Era, no entanto, a partir destes princípios que iria desenvolver todo o trabalho. O conflito tornava-se um lugar de observação, uma “situação de investigação particularmente produtiva” (Hammersley e Atkinson, 1994: 120). Tinha, todavia, de informar claramente a associação desta intenção de transformar desconfianças em situação de pesquisa, de atribuir ao conflito o mesmo valor heurístico de outras relações estabelecidas. A interação conflituosa tornou-se situação privilegiada de observação. Esta intenção era do conhecimento explícito da instituição [...] As imagens, como os boletins, os relatórios, as folhas volantes, os documentos de trabalho, os depoimentos na imprensa, etc. constituem hoje a matriz complexa de representações alternativas existentes da qual o antropólogo ‘retira poder crítico e reflexão [...] refaz e representa outras representações’ (Marcus, 1995: 45). Estes materiais tinham a vantagem de serem do domínio público e encontrarem-se à venda na instituição. Era através deles substituída a voz da Associação, repetidamente pedida e negada ou finalmente concedida, em forma de relatório escrito, lido por um dos jovens em formação. Ribeiro (2000: 111-112).

## **Patrocínio e trabalhos por encomenda**

Os princípios éticos que orientam os investigadores no trabalho de campo, nas interações decorrentes dos projetos de investigação e da publicação dos trabalhos científicos em Antropologia confrontam-se, por vezes, com interesses exteriores decorrentes de autorizações, encomenda, patrocínio ou financiamento. Esta situação cria verdadeiros dilemas éticos, processos de negociação e de tomada de decisão complexos, com os quais os investigadores se confrontam no dia-a-dia e que retomaremos mais adiante quando abordarmos as relações entre *política e investigação*. Ética e política de investigação revelam-se frequentemente de forma inseparável.

Esta problemática põe-se, em primeiro lugar, em relação ao Estado como financiador da investigação e à definição desta como “serviço público”, como missão de interesse geral e como tal a realizar no âmbito deste, independentemente dos interesses locais e da ética do trabalho de campo. Coloca-se, também, no âmbito das organizações e das empresas que condicionam os objetivos, o acesso e o desenvolvimento da pesquisa aos seus interesses. “É frequente que os anfitriões queiram dar uma imagem favorável da organização que o etnólogo vai estudar” e exercer “algum grau de vigilância e controlo, tanto para bloquear certas linhas de investigação como para guiar o investigador em terreno numa direção ou noutra”; que tenham expectativas em relação às intenções e identidade do investigador e ajam a partir delas; que esperem que o investigador seja um ‘perito’ e um ‘crítico’.” (Hammersley e Atkinson, 1994: 80-90).

Esta problemática tem sido frequentemente debatida em alguns países como os EUA, sobretudo em projetos de investigação social financiados pela CIA ou por outras instituições, como no caso que referenciamos e documentamos ao longo deste capítulo, Agência de Energia Nuclear. Em Inglaterra, não há casos documentados de envolvimento do governo na investigação social a não ser na pesquisa social rela-

cionada com as prisões (Burgess, 1997). Em Portugal, “há uma falta de comunicação efetiva entre os cientistas e a Administração. Talvez isso possa explicar a relativa escassez, até há pouco tempo, de controvérsias públicas” (Gonçalves, 1996: 123) Esta situação pode ter-se alterado ligeiramente com o surgimento de algumas controvérsias que marcaram as agendas políticas e a participação dos cientistas: imagens rupestres de Foz Coa, a BSE e a Coincinerção de resíduos tóxicos.

Vejamos como no caso que acima referimos, a pesquisa e os filmes realizados por Napoleon Chagnon e outros antropólogos e realizadores junto dos Yanomani e como as “ligações perigosas” dos investigadores com interesses políticos ou económicos e com os agentes desses interesses e a sua sobreposição às relações com a sociedade estudada e com as pessoas envolvidas na investigação – o confronto entre os princípios éticos da investigação no contexto dos patrocínios e os apoios políticos e económicos.

“Uma das revelações mais espetaculares de Tierney é que todo o projeto Yanomani foi o desenvolvimento e continuação do programa secreto da Comissão de Energia Atómica de experimentações em humanos. James Neel, o criador e diretor do projeto, fazia parte da equipa de investigação médica e genética, adjunta à Comissão de Energia Atómica, desde os tempos do projeto Manhattan. Era membro de um pequeno grupo de investigadores responsáveis por estudar os efeitos da radiação nos seres humanos. Liderou pessoalmente a equipa que investigou os efeitos das bombas de Hiroshima e Nagasaki nos sobreviventes. Ficou encarregado do estudo dos efeitos das bombas de Hiroshima e Nagasaki e, mais tarde, esteve envolvido nos estudos dos efeitos da radioatividade das explosões das bombas A e H nos nativos das ilhas Marshall (a nossa colega May Jo Marshall tem muito a dizer acerca do papel desempenhado por Marshall e Neel nestes estudos). O mesmo grupo também levou secretamente a cabo experimentações em humanos nos Estados Unidos. Estes incluíam injetar pessoas com plutónio radioativo sem o seu conhecimento ou consentimento, levando, em alguns casos, à sua morte ou desfiguração (o próprio Neel parece não ter dado nenhuma destas injeções experimentais). Outro membro do mesmo grupo de geneticistas humanos e experimentadores médicos do AEC, um venezuelano, Mareei Roche, era um colega próximo de Neel e passou algum tempo no seu AEC – um centro de Genética Humana, fundado em Ann Harbor. Voltou à Venezuela depois da guerra e realizou um estudo dos Yanomani que envolvia administrar doses de um isótopo radioativo de iodo e analisar amostras de sangue para dados genéticos. Roche e o seu projeto eram aparentemente a ligação que levou Neel a escolher os Yanomani para o seu grande estudo da genética de “liderança” e diferentes graus de reprodução entre homens dominantes e sub-dominantes numa população humana geneticamente “isolada”. Aí há portanto uma ligação genealógica entre as experiências em humanas levadas a cabo pela AEC, e o projeto dos Yanomani de Neel e Chagnon, o qual foi desde o início financiado pela AEC.” Turner e Sponsel (Carta à AAA - Anthropological American Association).

“Em 1976, contudo, o tipo de etnografia de Chagnon fez com que perdesse em Caracas o apoio antropológico oficial para a pesquisa, e por quase uma década não conseguiu autorização para recomeçar seu trabalho de campo. Em 1985, quando por fim retornou acompanhado por um aluno, este relatou que foram recebidos por uma

multidão de índios que gritavam a versão Yanomani de "Chagnon Go Home!". Em 1989, Chagnon foi novamente impedido de entrar porque a lei exigia que pesquisadores estrangeiros colaborassem com cientistas venezuelanos e, como ele disse a um missionário a quem pediu ajuda, "os antropólogos daqui não gostam de mim." Privado de apoio oficial, Chagnon voltou em 1990 sob a égide dúbia de Cecília Matos, amante do então presidente da Venezuela, e de um certo Charles Brewer Carias, que se dizia naturalista, era um conhecido opositor dos direitos territoriais indígenas e tinha fama de fazer mineração ilegal de ouro. O trio tinha arquitetado um plano para criar uma reserva Yanomani e uma reserva científica de biosfera em 15.540 km no distante Altiplano de Siapa, a ser dirigida por Brewer e Chagnon e subsidiada por uma fundação criada por Cecília Matos. Segundo Tierney, Brewer estava de olho nas jazidas de estanho no território Yanomani. Numa repetição intensificada de um padrão que já era conhecido, a enorme quantidade de mercadorias que os aviões militares carregaram para o projecto ajudou a deflagrar a guerra mais sangrenta da história dos Yanomani, com o pessoal de Chagnon enfrentando uma coalisão de opositores Yanomani chefiados por um líder carismático. Ao cabo de três anos, o esquema soçobrou. Cecília Matos acabou sendo indiciada por corrupção, em parte por seu papel de recrutar apoio militar para o golpe da reserva. Marshall Sahlins, *The Washington Post*, 10/12/2000.

Muitos investigadores chamam também a atenção para outros agentes no patrocínio da pesquisa social. Dingwall (1980) nota que no desenvolvimento de uma pesquisa há frequentemente uma hierarquia de consentimento que tem implicações para o investigador. Argumenta que é usual os investigadores hierarquicamente mais bem colocados atuarem como agentes de controlo, pois entendem ter o direito de autorizar, orientar, condicionar, promover ou menosprezar o trabalho dos que se situam abaixo na hierarquia. Refere, ainda, que qualquer subordinado, que rejeite participar em pesquisas aprovadas por um superior, está a assumir o risco de incorrer no desfavor da hierarquia. Tais questões necessitam de ser efetivamente consideradas e ponderadas pelos investigadores na condução das suas investigações.

Em Portugal, o debate acerca desta matéria poderá ser brando, fechado ou encoberto, o conflito frequentemente mal-entendido (entreve à eficácia) ou desvalorizado. No entanto, os processos de influência, o paternalismo e as redes clientelares são, como noutros processos sociais nacionais, frequentes. Isto não parece acontecer só por cá.

"Outra maneira de colocar este problema é referir-se à conversa de corredor. Por muitos anos, os antropólogos discutiram seus trabalhos de campo informalmente entre si. Mexericos acerca destas experiências eram uma componente importante da reputação do antropólogo. Mas até há pouco tempo não se escrevia seriamente sobre tais questões; os mexericos permaneciam nos corredores e nos clubes docentes. Os domínios que não podem ser analisados ou refutados, ainda que sejam centrais à hierarquia, não deveriam ser considerados como inocentes ou irrelevantes. Sabemos que uma das táticas mais comuns de um grupo de elite é a recusa em discutir questões que lhe são desconfortáveis, classificando-as de vulgares ou desinteressantes. Quando as conversas de corredor sobre as pesquisas de campo se tornarem discursos, isto é, quando estes domínios privilegiados de alguns poucos se tornarem

objetos científicos, certamente aprenderemos bastante. Rabinow (1999: 94-95).

## **Posição do investigador – uma Antropologia e produção audiovisual responsável**

Será a etnologia um luxo das nossas sociedades ricas, devoradora de recursos naturais limitados? Será o antropólogo (e o realizador), um Assalariado do Estado (ou da produtora, da multinacional dos media), que pretende ultrapassar as contingências e gozar de uma neutralidade científica, de uma espécie de extraterritorialidade moral? Deverá contentar-se em olhar do exterior ou poderá permitir-se criticar, como se fosse membro da sociedade? Fixando conservadorismos como se dá conta do movente, do não habitual, dos comportamentos fora das normas, dos contestatários, dos que mexem com o sistema existente da sua sociedade? Estas algumas das perguntas de Bernard Dupaigne (1997).

São muito diversificadas as respostas a estas perguntas e múltiplos os percursos intelectuais e morais dos investigadores. Uns centrados nos percursos académicos, outros comprometidos com interesses económicos e políticos, outros ainda implicados nas problemáticas sociais das pessoas, povos e sociedades estudadas. Propomos a reflexão sobre a responsabilidade do etnólogo a partir de duas referências. Pierre Centlivres, Museu de Etnografia de Neuchatel e Napoleon Chagnon, Universidade de Santa Barbara, Califórnia: "O percurso de Pierre Centlivres permite interrogarmo-nos sobre o que é a etnologia. Contemplar os outros do exterior, depois entrar no seu escritório e construir a propósito deles teorias calibradas seguindo o nosso gosto de belas máquinas, de raciocínio lógicos, de frases bem alinhadas? Ou então observá-las mantendo no espírito /o desejo de compreender as individualidades que, reunidas, formam esta sociedade; tentar imaginar os seus pensamentos, o que fazem ou o que queriam fazer da sua vida?

Testemunhas privilegiadas, deveremos limitarmo-nos a sínteses egoístas e desenquadradas? Deveremos "fazer um terreno", como se diz, para redigir uma tese e obter um lugar, depois desinteressarmo-nos daqueles com quem vivemos, que nos acolheram com paciência ou enfado? O etnólogo observa os humanos, não estuda fenómenos abstratos, sociedades teóricas.

Pierre e Micheline Centlivres ficaram no movimento da sociedade. Seguiram-na onde foi levada e descreveram os seus mecanismos de conservação, de adaptação ou de sobrevivência. Outros preferiram afastar-se do seu objeto de estudo instável, tornado inacessível ou muito perigoso para as carreiras universitárias a estabelecer.

A etnografia atual, prudente, hesita diante da vertigem que a leva a ter de descrever sociedades que mudam tão depressa. Por causa de contactos e das influências exteriores mas também porque os indivíduos que a compõem querem evoluir. A etnologia queria desenvolver regras de que os indivíduos se libertam hoje: como analisar portanto uma sociedade se ela se transformou radicalmente entre duas visitas do etnólogo?

Pierre e Micheline Centlivres souberam passar de uma descrição estável que parecia imutável, a uma análise de mudança. Toda a sua obra desde 1980 participa na etnologia da mudança, que será preciso praticar bem nas nossas épocas de instabilidade.

"Fronteiras e fenómenos migratórios", "A organização política nas aldeias de refugiados afegãos", "Os refugiados afegãos no Paquistão: uma nação em exílio", eis alguns títulos recentes. Em 1988 cumpriram o seu papel de testemunha reunindo num volume os seus artigos sobre funcionamento da sociedade afegã. *E se falássemos do Afeganistão?* Fazia ouvir a voz de etnólogos num momento em que era preciso explicar o que se passava num país com reações desconcertantes e que poucos podiam compreender...

Pierre Centlivres continuou a lógica dos seus trabalhos ao realizar estudos de casos, por conta do Comité Internacional da Cruz Vermelha nos campos de refugiados afegãos do Paquistão, sobre as novas estruturas de poder de organização que preservavam a coesão nos campos imensos. Com Micheline, estuda agora as redes de solidariedade, para se perguntar ainda o que faz a personalidade destes Afegãos, como preservam a sua identidade e o que faz realmente a identidade dos que estão mergulhados num outro mundo. Assim, entra na lógica, ambígua e contraditória, da ação humanitária internacional." Dupaigne (1997: 14-15).

Patrick Tierney em (*Darkness in el dorado*, 2000) relata que Chagnon não cessou de cozinhar e recozinhar os seus dados sobre o conflito, mas tentou mesmo produzir o fenómeno em si mesmo, fomentando conflitos entre as comunidades de Yanomani, não uma, mas repetidas vezes.

No seu trabalho fílmico com Asch, por exemplo, Chagnon induzia os Yanomani a representar lutas e comportamentos agressivos para a câmara de Asch, construindo às vezes aldeias inteiras como "cenários" para este objetivo, que eram apresentados como excertos espontâneos da vida dos Yanomani, não afetada pela presença dos antropólogos. Alguns destes cenários não declaradamente artificiais tornam-se, contudo, em conflitos reais, em parte devido à política de Chagnon de oferecer vasta quantidade de presentes aos aldeões que aceitassem entrar no filme, o que distorcia as suas relações com os seus vizinhos de tal forma que encorajavam a eclosão de ataques. Em suma, a maioria dos conflitos dos Yanomani que Chagnon documenta, e que são a base para a sua interpretação da sociedade yanomani como um sistema neo-hobbesiano de estado de guerra endémico, foram causados direta ou indiretamente por ele próprio: um facto que ele invariavelmente evita relatar. Isto não é apenas uma questão de fazer má etnografia ou teorização não reflexiva: os Yanomani foram estropiados e mortos nestes conflitos, e comunidades inteiras foram desfeitas ao ponto de fissão e luta (Brian Ferguson também documentou alguma desta história, mas Tierney acrescentou mais provas novas). Como ponto geral, é claro que toda a obra de Chagnon sobre os Yanomani é mais radicalmente contínua com as teorias eugénicas de Neel e a sua abordagem não ética de experiências em humanos do que parece ser

pela simples leitura dos trabalhos de Chagnon..” Terry Turner e Leslie Sponsel, carta<sup>5</sup> à AAA - Anthropological American Association.

“Demonstrar o seu próprio poder foi não apenas uma condição necessária no trabalho de campo de Chagnon, como também uma técnica central de pesquisa. Numa reprise científica de uma tática militar fracassada, ele também tentou conquistar corações e mentes com a redistribuição calculada de riqueza material. Com isso, conseguiu desestabilizar ainda mais a região e estimular a escalada de violência. Tierney cita um importante líder Yanomani: "Chagnon é feroz. Chagnon é muito perigoso. Ele tem a guerra dele". Enquanto isso, na Califórnia, um defensor de Chagnon nas batalhas de e-mail aclamou-o como sendo "talvez o antropólogo social mais famoso do mundo". A narração kurtziana de como Chagnon atingiu o status político de monstro na Amazônia e de herói na academia norte-americana constitui o verdadeiro coração das Trevas no Eldorado. Mesmo que alguns factos reportados por Tierney tenham sido sujeitos a ataques, esse é sem dúvida um livro revelador, com um lembrete que se estende para muito além do campo da Antropologia. Ele soa como uma alegoria do poder e da cultura norte-americanos desde o Vietname. Marshall Salhins, *The Washington Post*, 10/12/2000.

Acrescentemos ainda a reflexão de Marion Froger, acerca de *La Bête Lumineuse* (1982) baseada em Derrida:

“Le film est pardon, don, hospitalité, responsabilité. Le film manifeste le rapport à l'autre comme impossibilité de la communication, de la rencontre, de la communauté: il le fait *advenir* dans l'ordre d'une rencontre, d'une communication, d'une communauté impossibles, et pourtant sensibles. Jacques Derrida accorde à Safaa Fathy le génie d'avoir laissé apparaître au spectateur l'*impossibilité* de toute identification ou reconnaissance, en laissant paraître la fragilité des options du film, face au tout qu'il évoque, en même temps que la coherence poétique de sa proposition, qui travaille ní avec z plutôt que ncontrez cette fragilité.” Marion Froger (2004: 10).

## Política, investigação e produção audiovisual

O papel da política na investigação em Antropologia e na produção de filmes documentários pode ser entendido numa multiplicidade de sentidos. Estes podem, também, levantar sérias questões éticas aos investigadores em todas as etapas do processo de pesquisa, desde a determinação do foco, objeto ou sujeito da pesquisa, às questões de acesso aos informantes e a outras fontes de dados e mesmo à publicação final dos resultados. Inter-relações entre ética e política na investigação.

1. No sentido técnico restrito diz respeito às questões práticas de obtenção de suporte financeiro e autorização oficial para realizar a investigação. Tem, pois, como objetivo convencer aqueles que estão nas posições do poder a financiar a investigação

---

5. Os documentos referentes a esta polémica, bem como os relatórios finais da AAA - Anthropological American Association estão disponíveis em <http://www.nku.edu/~humed1/index.php/darkness-in-el-dorado>

ou a usar da sua influência no sentido de conseguirem as permissões necessárias à sua realização numa determinada instituição pública (associações, laboratórios, escolas, universidades, hospitais, governo, etc.) ou num determinado local. Este sentido de política tem a ver com processos de negociação e obtenção de contactos ou patrocínios, mas também com a obtenção de autorizações de acesso a instituições e locais de pesquisa, a individualidades específicas (diretores de laboratórios científicos, escolas, hospitais, presidente de autarquias, conselhos de administração de empresas, clubes desportivos, de associações, membros do governo, dirigentes partidários, artistas, etc.) e a documentos particulares (relatórios, informação classificada, correspondência).

2. Há ainda um sentido mais restrito (micro política) que diz respeito ao estabelecimento de contactos, de modo a conseguir que o projeto de investigação seja aceite pelas instituições e participantes locais na pesquisa. Tem, ainda, a ver com as relações estabelecidas com os intervenientes locais na pesquisa; as redes de pares com quem o investigador debate, troca informações, obtém apoios e encorajamento; os orientadores, coordenadores ou responsáveis pela pesquisa; e até com a família e amigos cujas relações irão ser afetadas pela ausência ou pela maior atenção e disponibilidade dada à pesquisa. A Política entendida desta maneira não é específica da investigação, nem a investigação em Antropologia faz parte da configuração e por vezes reconfiguração.<sup>6</sup>

3. Num sentido mais lato, a relação entre política e investigação em Antropologia e na produção do documentário tem a ver com a relação que os investigadores e a pesquisa que se propõem realizar têm com os que exercem o poder político e com as ideologias do poder; a influência que a investigação tem nas políticas ou nas práticas sociais que essas políticas geram; a utilização e instrumentalização dos cientistas e da ciência na justificação pública (nos media, nas campanhas, etc.) das políticas.

Debates sobre a relação entre investigação e política social questionam se a investigação social pode ou deveria ser diretamente aplicável à definição de políticas e práticas afins ou ser útil para a sua avaliação. A questão central é de saber se projetos de investigação específicos deveriam ser desenvolvidos com o intuito expresso de responder a perguntas relevantes de política ou, se a pesquisa se deveria preocupar com temas teóricos mais gerais, mais relacionados com a chamada investigação pura ou fundamental e, simplesmente, fornecer um leque de conhecimentos sociais baseados na pesquisa, conhecimentos a partir dos quais os políticos poderiam formular decisões fundamentadas.

Bulmer apresenta três modelos de pesquisa política, rejeitando os dois primeiros e advogando a favor do terceiro.

No modelo empirista, os investigadores recolhem factos para que os administradores os utilizem nas suas decisões de política; tal modelo está alicerçado no reconhecimento de que esses factos não são teoricamente neutros e que essa abordagem

---

6. Para o aprofundamento desta matéria, quando relacionada com a preparação de investigação orientada para a obtenção de graus de mestrado e doutoramento, ver a obra de Estelle M. Phillips e D. S. Pugh, 1998, *Como Preparar Mestrado ou Doutoramento*, Lisboa: Edições Lyon das relações sociais.

desperdiça todos os pontos de vista que a investigação social tem para oferecer, assim como se arrisca a sérias distorções na sua convicção de que os factos não são problemáticos.

No modelo de engenharia, os políticos fornecem questões específicas e os investigadores efetuam a pesquisa, fazendo recomendações. O problema deste modelo é que tal formulação precisa de questões, tende a limitar as respostas possíveis, restringindo basicamente a pesquisa a uma escolha entre poucas opções conhecidas, escolha essa que pode ser melhor realizada na base do conhecimento “clínico” (muito específico) do que da pesquisa social. Em todo o caso, este modelo elimina essencialmente a componente central da pesquisa, ou seja, a sua capacidade de surpreender, de produzir descobertas inesperadas.

O terceiro modelo de Bulmer, de esclarecimento, vê a finalidade da pesquisa social como uma forma de proporcionar possibilidades alternativas e de esclarecer os políticos através da sua interação com os pesquisadores e com a exposição de novas perspectivas. Hammersley concorda com este modelo, defendendo que a investigação deveria ser “de uma significância geral e não específica”. (1992:131-2). Posteriormente, defende que a pesquisa social é essencialmente um processo coletivo, mais do que uma questão de resolução individual de um problema, sendo a investigação submetida a uma comunidade profissional mais ampla, para uma observação crítica e um desenvolvimento posterior. Assim, a escala temporal da investigação social obsta a sua aplicabilidade aos objetivos a curto prazo dos políticos.

Por mais atrativo que o modelo de esclarecimento possa parecer, em termos de desenvolvimento da investigação social intelectualmente independente e de procura de possibilidades alternativas (ver teoria crítica), enfrenta algumas reversas por parte do poder político e da ideologia do poder.

Em primeiro lugar, é impraticável e ingénuo pensar que os políticos teriam tempo, recursos, interesse ou vocação para consultar as descobertas, os debates profissionais ou as perspectivas alternativas, provenientes da investigação, que poderiam apresentar uma relevância potencial para as suas preocupações. Na mais remota das hipóteses, os investigadores têm que estar preparados para apresentar questões relevantes, num formato acessível e numa linguagem não-técnica. Na realidade, os investigadores terão mais probabilidades de contribuir na formação da política quando realizam pesquisas direcionadas para determinados temas políticos e, quando são, consequentemente patrocinados por organizações envolvidas na feitura e implementação da política social. Por mais imperfeita que esta abordagem da investigação social possa ser, ela é indiscutivelmente melhor quando levada a cabo por aqueles que possuem um treino profissional e uma experiência de pesquisa mais extensa, do que por investigadores especialistas, pertencentes a organizações. Pode ser alegado que, apenas através de tais laços, o esclarecimento, disponibilizado por via da investigação social generalizada, será trazido à cena pública da política. Argumenta-se também, que a investigação política produzirá conclusões mais sólidas não só porque tende a ser interdisciplinar e a utilizar uma multiplicidade de métodos e fontes, mas também porque tem que enfrentar o teste imediato e rigoroso da sua implementação no terreno ou da sua exposição no espaço público.

## Referências bibliográficas

- AAA - Anthropological American Association - <http://www.aaanet.org/> (Consultado em Agosto de 2003)
- ASCH, Timothy (1992), "Coment l'enseigne l'anthropologie visuelle" in *CinémAction*, 64: 122-127.
- AUGÉ, Marc(1997) "Le Nouvel espace-temps de l'anthropologie", in *Dire les Autres*, Lausanne: Editions Payot.
- BERGALA, Alain (1999), "Le bébé et l'eau du bain" in *L'Image, le Monde*, 1 : 52-55.
- BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas (1998), *A Construção Social da Realidade*, Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- BOURDIEU, Pierre (2000), *Science de L'Etat*, Actes de la Recherches en Sciences Sociales, 133, Paris : Seuil.
- BRUCE, Albert, *Pesquisa biomédica, imagens étnicas e responsabilidade antropológica*, <http://www.proyanomami.org.br/v0904/documentos/doc2/part4.pdf>, consultado em Novembro de 2009.
- BULMER, Martin (1978), *Social Policy Research*. Londres: The Macmillan Press.
- BURGESS, Robert G. (1997), *A Pesquisa de Terreno*, Oeiras: Celta Editora.
- COPANS, Jean (1996), *Introdução à Etnologia e à Antropologia*, Lisboa: Publicações Europa América.
- DENZIN, Norman K. e LINCOLN, Yvonna (eds.) (1994), *Handbook of Qualitative Research*, London: Sage.
- DEVEREAUX, Leslie, HILLMAN, Roger (eds.) (1995), *Fields of Vision, essays in film studies, visual anthropology, and photography*, Berkeley and Los Angeles: University of California Press.
- DEWALT, Kathleen M. e DEWALT, Biblie, R., (1998), "Participant Observation" in H. Russell Bernard (ed.), *Handbook of Methods in Cultural Anthropology*: 259-299.
- DUPAIGNE, Bernard (1997), "L'Ethnologue Responsable" in *Dire les Autres* : 13-20, Lausanne : Editions Payot.
- FROGER Marion, "Don et image de don: esthétique documentaire et communauté", [http://cri.histart.umontreal.ca/cri/fr/intermedialites/p4/pdfs/p4\\_froger\\_text.pdf](http://cri.histart.umontreal.ca/cri/fr/intermedialites/p4/pdfs/p4_froger_text.pdf), consultado em Novembro de 2009
- FROGER, Marion (2004) Don et image de don: esthétique documentaire et communauté, *Intermedialités: História e Teoria das Artes, Humanidades e Tecnologia*, nº 4, pp 115-140.
- GAILEY, Christine Ward (1998), "Feminist Methods" in H. Russell Bernard (ed.), *Handbook of Methods in Cultural Anthropology*: 203-233.

GINSBURG, Faye (1995), "Mediating Culture: Indigenous media, ethnographic film, and the production of identity" in Leslie Devereaux, Roger Hillman (eds.), *Fields of Vision, essays in film studies, visual anthropology, and photography*: 256-291.

GLASER, B. G. e STRAUSS, A. L. (1967), *The Discovery of Grounded Theory: Strategies qualitative research*, Chicago: Aldine.

GOFFMAN, Erving (1961), *Manicômios, prisões e conventos*. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 2001.

GOFFMAN, Erving (1961), *Manicômios, prisões e conventos*. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 2001.

HAMMERSLEY, Martyn e ATKINSON, Paul (1994) *Etnografía, métodos de investigación*, Barcelona: Paidós.

HUME, Douglas W., Anthropological Niche,  
<http://www.nku.edu/humed1/index.php/darkness-in-el-dorado>, Consultado de Dezembro em 2009

HUME, Douglas W., Anthropological Niche,  
<http://www.nku.edu/humed1/index.php/darkness-in-el-dorado>, Consultado em Dezembro de 2009)

LAPLANTINE, François (2007), *Leçons de Cinéma pour Notre Époque*, Paris: Téraédre.

LATOUR, Bruno (1994), *Jamais Fomos Modernos*, São Paulo: Editora 34.

MACDOUGALL, David (1994), "Whose Story Is It?" in Lucien Taylor (ed.), *Visualizing Theory, Selected Essays from V.A.R., 1990-1994*: 27-36, New York and London: Routledge.

MACDOUGALL, David (1995), "The Subjective Voice in Ethnographic Film" in Leslie Devereaux e Roger Hillman (eds.), *Fields of Vision, essays in film studies, visual anthropology, and photography*: 217-255, Berkeley and Los Angeles: University of California Press.

MALINOWSKI, Bronislaw (1989), *Um Diário no Sentido Estrito do Termo*, S. Paulo: Editora Record.

MARCUS, George E. (1995), "The modernist sensibility in recent ethnographic writing and the cinematic metaphor of montage" in Leslie Devereaux, Roger Hillman (eds.), *Fields of Vision, essays in film studies, visual anthropology, and photography*: 35-55.

PIAULT, Marc-Henri (2000), *Anthropologie et cinéma*, Paris : Nathan cinéma.

RABINOW, Paul (1992), *Reflexiones sobre un Trabajo de Campo en Marruecos*, Madrid: Júcar Universidad.

RABINOW, Paul (1999), *Antropologia da Razão*, Rio de Janeiro: Relume Dumará.

RIBEIRO, José da Silva (2000), *Colá S. Jon, Oh que sabe! As imagens as palavras ditas e a escrita de uma experiência ritual e social*, Porto: Edições Afrontamento.

RIBEIRO, José da Silva (2003), *Métodos e Técnicas de Investigação em Antropologia*, Lisboa: Universidade Aberta.

RIBEIRO, José da Silva (2004), *Antropologia visual – da minúcia do olhar ao Olhar distanciado*, Porto: Edições Afrontamento.

RIBEIRO, José da Silva e HORTA, Ana Paula. *Imagens e Sonoridades das Migrações*– Base de dados, <http://ism.itacaproject.com/>.

RONY, Fatimah Tobing(1996), *The Third Eye. Race, cinema, and ethnographic spectacle*, Durham, London: Duke University Press.

SAHLINS, Marshall Resenha publicada no *Washington Post* em 10/12/2000, por, referente ao livro "Darkness in Eldorado",

<http://www.proyanomami.org.br/frame1/rese.htm>.

SAHLINS, Marshall, Jungle Fever, *The Washington Post*, 10/12/2000,

<http://www.nku.edu/humed1/index.php/darkness-in-el-dorado>.

SAHLINS, Marshall, Jungle Fever, *The Washington Post*, 10/12/2000,

<http://www.nku.edu/humed1/index.php/darkness-in-el-dorado>.

TIERNEY, Patrick (2002), *Trevas no Eldorado: como cientistas e jornalistas devastaram a Amazônia e violentaram a cultura ianomâmi*, Rio de Janeiro: Ediouro.

TIERNEY, Patrick (2002), *Trevas no Eldorado: como cientistas e jornalistas devastaram a Amazônia e violentaram a cultura ianomâmi*, Rio de Janeiro: Ediouro.

## Filmografia

*A Man Called Bee: A Study of the Yanomamo* (1974), de Timothy Asch and Napoleon Chagnon.

*Childrens Magical Death* (1974), de Timothy Asch and Napoleon Chagnon.

*Colá S. Jon, Oh que sabe!* (1996), de José da Silva Ribeiro.

*La Bête Lumineuse* (1982), de Pierre Perrault.

*Magical Death* (1988), de Timothy Asch and Napoleon Chagnon.

*N!ai, the Story of a !Kung Woman* (1978), de John Marshall.

*Onde os tambores se inventam* (1995), de José da Silva Ribeiro.

*Portugais dOrigine* (1985), de Serge Gordey Serge.

*The ax fight* (1975), de Timothy Asch and Napoleon Chagnon.

*Yanomamo Of the Orinoco* (1987), de Timothy Asch and Napoleon Chagnon.